

25-6-944

# Portugal, país pobre?

**O** DECRETO da industrialização do país não tem tido na imprensa aquele eco de que era merecedor. Não é tarde ainda, mas um plano desta magnitude e de tamanho alcance económico e social não pode ficar no esquecimento. Por nós, sentimos-nos na obrigação de fazer tudo quanto estiver ao nosso alcance para criar aquele movimento de opinião que facilite e apresse a execução desta grande obra de resgate nacional.

Como são interessados neste problema tanto o capital como o trabalho, vamos insistir hoje na perspectiva animadora que nos oferece o plano, visto do lado operário.

Podemos e devemos considerar a Nação como se fosse uma grande família, cujos membros seriam as inúmeras famílias disseminadas por todo o território nacional. Como na família pertence ao chefe providenciar para que não falte nada do indispensável a um lar bem constituído, assim na grande família que é a Nação também pertence aos chefes — e neste caso é o Governo — tomar as medidas indispensáveis para que todas as famílias disponham do necessário ao seu pleno desenvolvimento.

Quando o chefe duma família verifica não possuir o bastante para fazer face a todos os encargos do lar, só dois remédios pode aplicar a tão grave e perniciosa doença: suprimir as despesas secundárias, limitando-se ao essencial, e aumentar as receitas do bloco familiar. É este o caso de todos os dias.

Em primeiro lugar, começa a família por suprimir as despesas inúteis. Vai depois à supressão daquelas despesas que, embora necessárias, podem deixar de fazer-se sem grave perigo. Para não cortar pelo essencial, começa ainda a desfazer-se daqueles valores que vê não lhe fazerem falta absoluta, vendendo-os, ou empenhando-os na esperança de melhores dias. E antes de tirar a boca, o chefe da família, se é prudente, lança mão de todos os meios para aumentar as receitas. Quando não pode por si só obter maior rendimento do seu esforço profissional, manda a esposa, os filhos e até as filhas para o trabalho fora do lar no intuito bem compreensível de possuir o necessário rendimento para manter unida a família, muito convencido da verdade daquele ríto que diz: casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão.

Quando, finalmente, depois de ter feito tudo isto, o chefe de família verifica não poder ainda evitar a ruína do seu lar, faz mais um supremo esforço, apelando para toda a força do seu engenho para tirar de tudo qualquer rendimento que lhe permita salvar os seus filhos.

Foi isto o que aconteceu com Portugal. Família rica outrora, foi gastando os seus vastos e abundantes rendimentos, através de séculos, empobrecendo-se sucessivamente. A certa altura, mandou os seus filhos para fora do lar angariar o sustento da família, e largos anos viveu dos salários vindos sobretudo do Brasil. Quando repetidas crises mundiais tornaram esta solução ineficaz, e dificultaram a obtenção de emprego remunerador fora do lar paterno, houve de se empenhar e de reduzir, abaixo do normal, o seu nível de vida. A família prudente teria atentado imediatamente ao grave perigo que corria, explorando ao máximo as suas próprias fontes de receita, pedindo de trabalho e de engenho. Mas habi-

tuado que andava, aferrado ainda como fidalgo na miséria, à ilusão das suas antigas grandezas, preferiu, por comodismo, reduzir ao essencial, cortar à boca, enfraquecer, e comprometer a saúde colectiva. E deu-se o inevitável. Todos começaram a ralhar, sem que ninguém tivesse razão.

O primeiro grande esforço foi o de pôr a casa em ordem, e neste esforço colectivo há que reconhecer a boa vontade e a colaboração da imensa maioria dos portugueses. Mas como manter por largo tempo a boa harmonia e a paz, se o mal essencial continuava sem remédio — esse grande mal da insuficiência das fontes de receita colectiva que permitissem a todas as famílias um mínimo de subsistência compatível com a prática da virtude?

Não poderia ser remédio eficaz e duradouro uma melhor distribuição das riquezas angariadas, pois embora haja contrastes flagrantes, não remediaría totalmente a situação o suprimi-los.

Ninguém achará com certeza exigência demasiada calcular que dois terços dos portugueses, para poderem ter um nível de vida comparável ao de muitos países da Europa, necessitariam de um acréscimo de rendimento de, pelo menos, cem escudos, em média, por mês e por pessoa. Ora este pequeno aumento de rendimento atingiria a cifra de mais de seis milhões de contos por ano, ou seja, duas vezes as receitas globais do Estado. As riquezas criadas cada ano para consumo da população permitiriam arrancar ao outro terço das famílias estes seis milhões de contos, sem que ficassem aquelas na miséria

e se secasse, por isso mesmo, a fonte de novas receitas?

Não o resto.

Só nos cremas, portanto, um único caminho. O de empregar todas as energias e de aproveitar todas as riquezas ainda por explorar, a fim de se aumentarem as receitas anuais. É isto aliás o que temos andado a fazer, mas com graves e perniciosos efeitos: desordenada e lentamente.

E têmo-lo feito desordenadamente e com enervante lentidão precisamente por nos termos convencido de que somos um país pobre.

O estudo apresentado agora a público pelo Governo, e os muitos estudos já feitos por entidades oficiais e particulares parecem, no entanto, demonstrar que não somos um país tão pobre como isso. O que nós temos sido é uma família com pouco juízo, porque nós habituamos mais a destruir do que a construir, a ralhar do que a colaborar.

Não foi, porém, sempre assim. Nos primeiros quatro séculos da nossa existência, soubemos ser um país modelo universal de todos os países, construindo não só para nós, que nos tornamos grandes entre os maiores e ricos entre os mais ricos, mas também para os outros, pois soubemos dar novos mundos ao mundo. Mas assim como é causa de corrupção a extrema miséria, também o é a grande riqueza. Demasiadamente ricos que fomos, corrompemo-nos. Possa resgatar-nos a miséria em que viemos a cair. É por isso que nos parece de bons auspícios para tantas famílias portuguesas, cujo nível de vida está abaixo de tudo quanto ordinariamente se supõe, este admirável plano de industrialização.

Portugal começa agora a dar provas de ser uma família com juízo. É necessário que o juízo não falte na execução, tanto quanto possível rápida e completa dos admiráveis planos traçados, para que haja pão abundante na pequena casa lusitana.

ABEL VARZIM.